

DOSSIÊ TEMÁTICO

Transmasculinidades interseccionalizadas:

reflexões teóricas a partir da prática da pesquisa com homens transgêneros

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira¹

Resumo: Apresentamos algumas reflexões teóricas feitas a partir da prática de pesquisa com homens transgêneros, buscando compreender como o uso de um viés interseccional sobre os dados produziram complexificação nos modos como distintas marcas identitárias se dobram sobre a experiência transmasculina. As masculinidades de homens trans são entendidas a partir de seu aspecto cultural, descolada dos corpos de homens cisgêneros, e identificadas em seus aspectos prostéticos, de dominação e em suas intersecções com a classe e com a raça. Parte dos resultados apontam para o fato de que os interlocutores que se identificam como sujeitos não-brancos são mais propensos às violências transfóbicas. Além disso, a localidade e a classe influem na dificuldade de acesso a serviços de saúde e as tecnologias sexualizantes e na ausência de relações com outros homens trans. Por fim, o marcador etário sugere uma relação mais tranquila sobre a fluidez de gênero e uma menor crença na ideia de gênero como essencial para os mais jovens. Concluímos que um olhar interseccional que considere raça, classe, idade e território sensibiliza-se para a significativa modulação que essas categorias produzem nas masculinidades vivenciadas.

123

Palavras-chave: Transmasculinidades. Interseccionalidade. Transgênero. Masculinidade.

Introdução

A interseccionalidade é o conceito, ponto de vista, posição epistemológica ou metodológica que visa dar visibilidade aos modos como se operam o “emaranhado de relacionamentos complexos” (PLATERO MÉNDEZ, 2014, p. 55, tradução nossa) de gênero, etnia, classe ou orientação sexual, e outras categorias sociais, enquanto constructos sociais inter-relacionados. A interseccionalidade nos permite constituir pedagogias críticas ao redor da conformação das identidades, a articulação das

¹ É doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (POSCOM/UFBA-2016), mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES-2012), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (POSCOM/UFES-2015) e bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela UFES (2009).

discriminações e formação de resistências a elas, ao nos dar conta como diferentes fontes estruturais de desigualdade ou modos de organização social mantêm relações recíprocas.

Neste trabalho, apresentarei algumas teorizações a partir da pesquisa realizada com 15 homens transgêneros usuários da plataforma de rede social Facebook, na qual pelo método genealógico e com uma estratégia de coleta e análise de dados de caráter qualitativo, analisamos suas produções na plataforma objetivando compreender o agenciamento tecnológico sobre a produção de subjetividades gendradas (FERREIRA, 2020). As reflexões aqui apresentadas vão no sentido de compreender como o uso de um viés interseccional sobre os dados da pesquisa produziram importantes resultados ao tornar mais complexo os modos como distintas marcas identitárias se dobras sobre a experiência transmasculina.

Parte dessas informações aparecem espontaneamente na conversa com esses homens trans quando eles afirmam como raça, classe, idade, local de moradia e corpo fora dos padrões estéticos hegemônicos vão influir em suas vivências *ao mesmo tempo* com a questão transgênera. Um exemplo foi quando Izah – homem trans, negro, sudestino, de 25 anos – enumerou em quais aspectos a Internet contribuiu para sua transição de gênero, ao funcionar como vetor de grupos organizados de homens trans, como o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), para ter acesso a hormônios e encontrar com outras pessoas que vivem a interseccionalidade de suas marcas identitárias de gênero e raça:

124

[A Internet] vem mais quando eu descobro o Ibrat, quando eu descobro que ia ter a formação de um grupo de pessoas trans masculinas e tudo mais, aí foi quando eu, minimante, me encontrei com um número maior que se identificam igual a mim e a gente foi se fortalecendo nesse processo, tanto da militância quanto na questão da transição. Meu primeiro hormônio eu comprei foi pela internet também, foi via clandestina, eu não tinha ainda acompanhamento médico, tive que comprar pela loja on-line, até a questão de encontrar outros caras trans negros foi via internet também porque aqui no Brasil a gente não tem muito essa política.

Mas além desses casos, nos interessou observar em quais aspectos esses traços interseccionais com as transmasculinidades produziam experiências comuns a partir da imbricação entre eles. Nesse sentido, é importante ressaltar que os estudos trans exploram a variabilidade e contingência de como se inter-relacionam questões como o sexo, as regras sociais, a identidade de gênero, a expressão de gênero, o status de parentesco ou

as categorias administrativas do humano e afirmam que todas as configurações não são naturais nem inatas, mas que são produções sociopolíticas. Esses estudos têm como motivação, entre outros, o fato de sujeitos trans serem vítimas frequentes de violência², estigmatização, marginalização e ostracismo (STRYKER, 2015).

Os estudos trans partem do conhecimento produzido a partir dos corpos e dos saberes que as experiências vitais das pessoas trans constituem, sem entendê-las como verdade única ou como uma autoridade inquestionável em temas transgêneros. O que eles se propõem é “estabelecer um diálogo mútuo e benéfico entre esses conhecimentos derivados das experiências transgêneras e outros conhecimentos críticos; ao fazê-lo compartilham conexões genealógicas, metodologias críticas e interesses políticos” (STRYKER, 2015, p. 11, tradução nossa) e aspectos interseccionais dos sujeitos, perguntando-se de quem é o conhecimento que é reconhecido como tal e a que corpos se permitem falar suas verdades (STRYKER, 2015).

125

Parte da tradição desse campo de estudo começou a entrar nas academias dos Estados Unidos no início da década de 1990 – ainda que a questão trans fosse de distintas formas debatida há muito mais tempo – e coincide com a teoria *queer* naquilo em que questiona a cisheternormatividade na sociedade. Porém, segundo Susan Stryker (2015), diferem ao dinamitar a categoria *sexo*. Além disso, tem aproximações com uma certa tradição do feminismo naquilo em que contesta a subordinação dos gêneros, mas vai além ao trazer muito mais que dois gêneros.

O viés interseccional nos estudos trans permite visibilizar e apontar os efeitos daquelas manifestações e identidades que são determinantes em cada contexto, como são incorporados pelos sujeitos e como eles são (re)significados. Esses sujeitos políticos que são apontados e se enxergam entre distintas categorias organizadoras do social (classe, gênero, raça...) vão se construindo e se desconstruindo nas suas ações e vivências.

² No contexto brasileiro, os estudos por tais motivos se justificam atualmente se levarmos em conta que os sujeitos trans são extremamente vulneráveis à violência, sendo o Brasil um dos países do mundo em que os homicídios a esses sujeitos possuem alta taxa de ocorrência. Conforme relatório da Rede Trans Brasil (NOGUEIRA, ARAUJO, CABRAL, 2016), só em 2016, 144 trans foram mortas por transfobia no país, sendo estes números especialmente alarmantes por tratar-se de um tipo de crime que é subnotificado. Além dos homicídios os sujeitos trans são uma população que está sujeita violação de direitos humanos, tentativas de homicídio, suicídios e mortes por questão de saúde.

Lucas Platero Mendéz (2014) afirma como a interseccionalidade pode ser entendida como um estudo sobre as relações de poder, que incluem experiências que podem ser identificadas como “abjetas”, ou “pertencentes à margem” ou “dissidentes”. Por outro lado, essa perspectiva pode lançar luz também sobre as posições de privilégio e como os grupos dominantes organizam estratégias de poder para preservar sua posição de supremacia. Do ponto de vista da pesquisa, podemos pensar como os sujeitos participantes (pesquisador e pesquisado) também vão se articulando e estabelecendo relações de poder a partir de seus traços de diferença. A interseccionalidade, segundo Platero Mendéz, nos ajuda a

(1) examinar criticamente as categorias analíticas com as quais interrogamos os problemas sociais; (2) as relações mútuas que ocorrem entre as categorias sociais; (3) a invisibilidade de algumas realidades, que se tornam “inconcebíveis”; e também, (4) a posição situada de quem interroga e constrói a realidade que analisa (PLATERO MENDEZ, 2014, p. 57).

Por fim, é importante destacar o aspecto de simultaneidade dessas categorias sociais. Muito mais do que irem se somando como discriminações duplas ou triplas, é preciso imaginar o significado dessas categorias como emaranhadas. Não é pensar classe + gênero + raça, uma ao lado da outra, mas sim o que acontece quando *classegêneração* estão todas juntas e misturadas, o que elas produzem como vivência singular.

Foi com esse entendimento de simultaneidade que buscamos posições sociais particulares que são constituídas quando se interseccionam distintas categorias sociais com as transmasculinidades. A seguir, desenvolveremos como a própria expressão de gênero da masculinidade subjetivada por homens trans evidenciam os modos como distintas modulações ocorrem a partir da interseccionalização de diferentes traços subjetivos.

Masculinidades interseccionalizadas

Considerando a pesquisa realizada por Henry Rubin, no contexto estadunidense, com homens transgêneros que enfrentam os altos custos por possuírem uma convicção inabalável da sua masculinidade, o autor definirá que, para além de uma relação de unicidade individualizada, as masculinidades de homens trans evidenciam que a masculinidade é uma certa “configuração de práticas organizadas em relação à estrutura

de gênero na história” (RUBIN, 2003, p. 259, tradução nossa). Essa dinâmica historicizada do gênero não permite que se apague o sujeito, pois é sobre ele e por meio dele que ela se atualiza.

Também problematizando a relação entre masculinidade e sujeito, Jack Halberstam (2008) faz o exercício de pensar a masculinidade sem homens, para constatar que ela não pode ser reduzida aos corpos dos homens cisgêneros e seus efeitos. O autor sustenta a paradoxal dificuldade em descrevermos, por um lado, a masculinidade descolada de uma certa performance do corpo do homem heterossexual e cisgênero, e a facilidade, por outro lado, de reconhecê-la atuando em outros corpos (de lésbicas masculinizadas, por exemplo). Tal paradoxo evidencia dissensos entre conceituação e prática analítica.

Halberstam (2008) também aponta a importância de uma masculinidade de dominação em afirmar-se não só na opressão feminina, mas na marginalização das masculinidades alternativas, marcadamente na experimentada por pessoas *queer* e por mulheres cisgêneras. De modo geral, a sociedade associa a masculinidade a valores de poder, legitimidade e privilégio. Porém, o autor ressalta a importância de levantar os estereótipos variáveis das masculinidades quando levamos em conta outras linhas de identificação como classe, raça, sexualidade e gênero. Como a masculinidade se torna inteligível como tal quando desassociada do corpo do homem cisgênero branco de classe média? A variabilidade aparece quando, por exemplo, esses marcadores de diferença criam uma hipermasculinização de corpos negros (sejam eles de homens ou de mulheres), dos latinos³ e das classes trabalhadoras, e quando a baixa masculinidade é associada a corpos asiáticos e de classe alta.

A análise de Halberstam (2008) da masculinidade em filmes vai evidenciar seu caráter prostético, não tendo nada a ver com a virilidade⁴ biológica e reforçando uma certa dependência das masculinidades dominantes pelas masculinidades minoritárias,

³ Lembrar que o autor escreve a partir do contexto estadunidense. Entretanto, boa parte dessa classificação parece fazer sentido no contexto brasileiro.

⁴ No original *maleness*, como referência ao corpo do varão, do homem cisgênero, diferente de *masculinity* essa certa relação ao gênero não necessariamente ligada ao corpo cis.

especialmente em ações de homofobia e sexismo. Alguns arquétipos dessas masculinidades são a do herói aventureiro desbravador, do malvado (*bad boy*), do destemido e do rebelde.

O que se quer enquanto analítica desses dispositivos de gênero é reconhecer e perceber as formas diferentes que os corpos são marcados pelo gênero e pela subjetividade. Em particular, a autonomia criativa do sujeito em classificar o seu desejo, o seu corpo e a sua subjetividade com finalidade de intervir no processo hegemônico de nomear e conceituar, especialmente se tratando das transmasculinidades.

Se as masculinidades são modeladas por “experiências e expectativas de classe, raça, etnia, religião, ocupação, idade, subcultura e personalidade individual” (HALBERSTAM, 2008, p. 198), homens trans estão em guerras de fronteiras, fronteiras de inteligibilidade, para serem reconhecidos como sujeitos masculinos. É um movimento bastante caro a esses homens e passa por constantes ações de reafirmação de uma linha identitária que separa ser mulher de ser homem e das possibilidades de ser masculino e feminino sem que essa fronteira seja rompida.

128

As intervenções para produção de si se compõem em análises cuidadosas das construções sociais e de classe das identidades de gênero, o que evidencia uma política da mobilidade do que significa ser trans. Ainda que haja um certo conhecimento do corpo sobre sua condição masculina, os homens trans por terem que pensar-se enquanto expressão dessa masculinidade a problematizam mais, diferente do homem cisgênero, por ter uma maior noção de seu aspecto prostético. Em outras palavras, a transição para certas configurações de práticas que mobilizam o dispositivo da masculinidade, dá aos homens trans elementos para pensar a própria masculinidade em seu caráter social, técnico, bélico e semioticamente construído.

Essa prática de si faz com que se mobilize a questão: *que tipo de seres masculinos nos tornamos e quais queremos ser?* Ou, articulando a complexidade da interseccionalidade do dispositivo de gênero com outros marcadores como os elencados por Jack Halberstam, a questionar

quem pode permitir-se uma transição, se transição significa passar de mulher para homem, uma viagem de ida e volta pela fronteira, umas férias ao sol, uma

viagem à lua, uma passagem a um novo corpo, uma viagem só de ida para ser um homem branco? Por outro lado, quem pode permitir-se ficar em casa, quem pode permitir-se construir uma casa, mudar-se de casa, não ter casa, deixar a casa? (HALBERSTAM, 2008, p. 198-199, tradução nossa).

Já Dean Spalde (2000) vai apontar como os aspectos de uma economia política capitalista contribui para a conformação às normas de gênero, aqui pensando a classe como um traço identitário. Ele vai destacar que teóricas e teóricos transfeministas e *queer* têm privilegiado demasiadamente uma explicação das normas de gênero a partir dos discursos médicos patologizantes e não levam em conta as implicações de ações econômicas especialmente se tratando dos sujeitos em não-conformidade de gênero (SPALDE, 2000).

Spalde se preocupa em apresentar como os sistemas de assistência social e de trabalho são usados para regular o gênero das pessoas mais pobres. Há uma necessidade em avançar nessa análise em relação às pessoas que não estão em conformidade com a norma de gênero, uma vez que essas análises, em alguma medida, já são realizadas por pesquisas de cunho feministas, especialmente com mulheres cisgêneras.

129

Os sistemas de assistência pública, por exemplo, operaram através de entendimentos moralistas da sexualidade e da estrutura familiar para forçar os receptores a obedecer às noções cis-heterossexistas de feminilidade e maternidade, tais como noções supremacistas brancas de maternidade branca e pureza racial, e representações de mulheres negras como hipersexualizadas, preguiçosas e moralmente livres.

A vigilância cotidiana das pessoas com baixos rendimentos por meio de sistemas de regras rígidas e punitivos usados nos serviços sociais criam um contexto altamente regulador para a expressão de gênero, sexualidade e estrutura familiar de mulheres de baixa renda que frequentemente dependem desses sistemas para sair de relacionamentos economicamente dependentes de homens (SPALDE, 2000).

Tais fatos em análise de conjecturas estruturais corroboram com a afirmação que os modelos de cidadania de gênero e as hierarquias de gênero e raça na economia podem operar para dominar prioritariamente a vida das pessoas de baixa renda e afetam diretamente a capacidade de todas as pessoas de determinar e expressar seu gênero, sexualidade e desejo reprodutivo (SPALDE, 2000). Spalde reitera que poucos estudos vão centrar sua análise nessa esfera da crítica a economia capitalista para examinar como

a regulamentação de gênero das pessoas em situação de pobreza se aplica àqueles que enfrentam mais diretamente as consequências de uma economia de gênero binária coercitiva, ou seja, aqueles que transgridem as normas básicas do binarismo de gênero (SPALDE, 2000).

Tradicionalmente, mesmo as organizações de lésbicas, gays e bissexuais (LGB) marginalizavam as questões de pessoas de baixa renda e racializadas, e focavam suas agendas políticas em reconhecimento familiar para populações LGB brancas e com recursos financeiros. Pessoas que necessitam de uma crítica a estrutura econômica que levem em conta uma análise feminista, anticapitalista e anti-racista são, de modo geral, sub-representadas (SPALDE, 2000).

Enquanto isso, aqueles que estão em não conformidade com as normas de gênero, como as pessoas transgêneras, não têm acesso às oportunidades econômicas e educacionais por conta de ações transfóbicas graves e persistentes, e sentem mais acentuadamente a regulação de gênero da economia. Entre os obstáculos que essas pessoas passam estão o abuso e o assédio em suas casas por conta de sua expressão de gênero, que muitas vezes resultam em expulsão; impossibilidade de acesso a políticas públicas e ações assistenciais por essas serem estruturalmente baseados em sistemas binários de diferenciação sexual; dificuldade de acesso ao sistema educacional no qual sofrem grande violências que os levam ou a desistir ou serem expulsos; discriminação severa no mercado de trabalho; sem educação e trabalho muitas vezes acabam envolvidos com o sistema de justiça criminal, onde são submetidos a extrema violência e assédio; dificuldade de acesso aos sistemas de saúde e a tecnologias médicas que são proibitivamente caras para muitos desses sujeitos em não-conformidade de gênero (SPALDE, 2000).

130

Com todas as negações de direitos e dificuldades de acesso que devemos entender a importância dos movimentos emergentes de autodeterminação de gênero especialmente para essas pessoas que enfrentam na pele as manifestações de transfobia e racismo institucionalizados, suportando ao mesmo tempo o peso das desigualdades do capitalismo enquanto lutam contra sistemas coercitivos de gênero. É preciso reconhecer que a autodeterminação de gênero e sexual não será significativa se não resistir a um sistema econômico capitalista inerentemente violento e hierárquico que fundamenta seu controle

sobre os trabalhadores e os pobres em entendimentos opressivos de raça, sexo e gênero, habilidade e nacionalidade. Abordar os danos da cisheteronorma começa pelo entendimento das “experiências daqueles que enfrentam a interseção de múltiplas opressões, centralizando na análise que essa interseccionalidade promove e pensar concretamente sobre quais estratégias um movimento dedicado a esses princípios se envolveria” (SPALDE, 2000, p. 220, tradução nossa).

A pesquisa empírica com homens trans no Brasil vai constatar que parte dos sujeitos transmasculinos calcam suas identidades na busca e no benefício dos privilégios das masculinidades hegemônicas, tais como ter “mais oportunidade de trabalho, melhor renda, menor participação em atividades domésticas, maior liberdade sexual, maior possibilidade do uso da força física e até dos recursos da violência” (ALMEIDA, 2019, p. 34). Esse traço de reprodução de uma masculinidade hegemônica, nos discursos dos nossos interlocutores, aparece como um modo de viver a ser evitado e combatido.

131

A observação do florescer dos contornos das identificações de gênero das transmasculinidades para Guilherme Almeida (2019), que vão se apresentando na cena pública nos anos 2010, não necessariamente se construíram em oposição ao binarismo de gênero. O que Almeida observa é que mesmo que o reconhecimento de parte dos homens trans se dê por “questionarem a assimetria de direitos entre homens e mulheres, por se oporem a violência contra a mulheres, por assumirem posturas cooperativas no espaço doméstico, por recusarem piadas sexistas, entre outros elementos” (2019, p. 34), esse reconhecimento não contempla a totalidade desses homens.

Essa performatividade de uma masculinidade hegemônica que se exerce pela dominação das mulheres, do feminino, vai no sentido de buscar a aceitação social em grupos masculinos, por terem experimentado a violência de gênero quando viviam com expressão de gênero feminina, internalizando-a como condição *sine qua non* de ser homem. Guilherme Almeida averiguou que essa performatividade se expressa muitas vezes na exploração de mulheres economicamente (parceiras sexuais, mães ou com outros vínculos), praticando violência ou intimidação doméstica, por exemplo (ALMEIDA, 2019).

Por outro lado, Almeida (2019) também vai negar a ideia da “masculinidade doce” dos homens trans, uma masculinidade que seria empática e sensível, uma afirmação que associa a socialização de gênero feminina que esses sujeitos tiveram antes da transição com uma masculinidade mais *soft*. O autor vai reforçar que as transmasculinidades não são homogêneas e esse tipo de afirmação volta a recorrer a um essencialismo de gênero (tanto dos homens trans, como das mulheres enquanto resultado dessa tal socialização).

Almeida (2019) ilustra esse jogo de distintos papéis de masculinidades performado por sujeitos transmasculinos ao observarmos a cada vez maior incidência de homens trans que seguem carreiras na polícia e ou no exército, instituições que legitimam como atuação pública o uso da força e da repressão e uma performance de hipervirilização. Porém, esses mesmos homens trans, eventualmente, desconstruem essa ideia ao preferirem-se “empáticos, suaves, hipersensíveis” (p. 35). É assim que podemos entender que as transmasculinidades

são efeito de bricolagem, criações produzidas na intersecção de necessidades induzidas por marcadores sociais de diferenças tão diversas quanto a classe social e as necessidades econômicas, o contexto geográfico, o pertencimento étnico-racial, a geração e tantos outros, como já dissemos. Não são meras criações individuais (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Essa triagem e síntese de componentes contingenciais referentes às masculinidades possíveis selecionadas da cultura, nos usos das plataformas de redes sociais, acesso a biotecnologias, políticas públicas e serviços de saúde, das relações com as contemporâneas teorias transfeministas e com os movimentos de organização dessa população vão compondo a variabilidade e complexificação do que tem potencializado essas subjetividades.

As experiências das transmasculinidades evidenciam a diversidade das identificações quando apresentam homens possuidores orgulhosos de suas vulvas indo de encontro ao diagnóstico psiquiátrico que definem suas identidades pela disforia em relação aos seus corpos, homens grávidos reivindicando sua condição de pai, homens que se tornam figuras paternas cuidadoras, próximas de seus filhos e afetivas, pessoas que reivindicam a masculinidade sem, no entanto, dizerem-se homens, homens trans não-binários, homens trans feministas, homens trans gays e bissexuais, homens trans com relações transcitradas, e, inclusive, homens trans heteronormativos (ALMEIDA, 2019).

Nossos interlocutores vão encarnar, ao menos discursivamente, uma masculinidade não dominante, entendida como sensível, tanto nas suas produções on-line, quanto nas nossas conversas em que narravam suas ideias de si. Parece que há um projeto comum ou, ao menos, uma priorização de modos de ser de uma masculinidade contra-hegemônica especialmente em seu aspecto de dominação, aqui conceituada aos modos de Raewyn Connell e James Messerschmidt (2013). O discurso de verdade de si que estrutura publicamente as identificações desses homens é um conceito de masculinidade não-heteronormativa e não-dominadora, no qual há espaço para sensibilidade e principalmente para a diversidade de experiências do corpo.

Tornar-se homem, quando não foi nascido homem, como um projeto, potencialmente permite a esses homens pensarem mais criticamente sobre a masculinidade que querem performar, especialmente se tivermos em conta que repensar esse estatuto está na pauta do dia dos movimentos sociais de gênero e sexualidade.

133

Homens trans, raça, território, idade

Se até este ponto estávamos pensando a masculinidade em suas intersecções com distintas identidades de gênero, a partir daqui destacamos quando o emaranhado de questões raciais, territoriais e etárias com as subjetividades transmasculinas produzem experiências próprias nessas intersecções. Os corpos desses homens, nossos interlocutores, estão marcados por uma diversidade de outros elementos que não essa condição específica do gênero que o vão interseccionando em dimensões muito próprias.

Por exemplo, o que tinham em comum os interlocutores que tiveram falas como: *“ele me deu um murro eu caí no chão”*, *“se é homem, apanha como homem”*, *“a funcionária começou a rir e falar que eu era mulher”*, *“essas agressões que eram verbais começam a ser físicas”*, *“eu briguei minha vida inteira, para me defender, para me impor enquanto pessoa”*, *“minha mãe me expulsou de casa”*?

Foi preciso a lente sensibilizante de uma epistemologia interseccional para atentarmos que as alocações citadas foram ditas por homens transgêneros que se autodenominam como “pretos”, “negros”, “afrodescendentes” e “indígenas”. O dado

importante sobre essas narrativas é que se não considerássemos o olhar interseccional talvez não notássemos o fato de que TODOS são sujeitos racializados, não-brancos. Sem essa lente talvez não conseguiríamos perceber a ausência de experiências violentas e de exclusão quando falamos de sujeitos transmasculinos interseccionalizados pela branquitude (ao menos discursivamente). É notável que mesmo em um universo pequeno de interlocutores a relação entre gênero e raça demarque tão radicalmente as experiências de violências transfóbicas e, poderíamos ousar dizer, racistas.

Os corpos racializados, como sugerem os discursos sobre si mesmos dos nossos interlocutores, estão mais suscetíveis a violência. Nas nossas conversas, os homens trans não-brancos afirmaram ter sofrido pessoalmente ou ameaça ou violência física efetiva, institucional ou psicológica, ou tiveram que abrir mão de violência para se proteger. Foram casos de agressão física por motivação transfóbica tanto de membros da família como de desconhecidos em locais públicos, expulsão de casa, ridicularização em estabelecimento comercial e transfobia institucional. Esse fato sugere que a interseccionalidade da raça para homens trans os expõem a maior ou menor risco de ter que lidar com a alguma forma de violência transfóbica.

134

Bruno Silva de Santana (2018) parte de suas experiências pessoais para pensar as transmasculinidades negras focando no que significa analisar as vivências de homens trans de maneira interseccional e decolonial. Santana vai pensar masculinidades para além do modelo hegemônico calcado na cis-heteronormatividade que legitima apenas um tipo de corpo como masculino: não só o cisgênero, mas também o branco. O autor vai demarcar a interseccionalidade das experiências trans racializadas sob mecanismos de branqueamento que negam as identidades negras e escondem os processos históricos racistas que geram exclusão e marginalização.

É nesse sentido que Santana vai fazer uma associação entre seu processo de transição de gênero e sua transição capilar que o tornou em um homem negro trans e de dread, processo de subjetivação de se masculinizar e se enegrecer. O que se impõe em relação a experiência racializada de homens trans é que as referências de representatividade são de corpos trans idealizados enquanto brancos, musculosos, hormonizados com testosterona e que já realizaram a mamoplastia, ou seja, corpos

obedientes aos padrões de masculinidade hegemônica, estereótipos de gênero e próximos a uma cisgeneridade branca (SANTANA, 2018).

A interseccionalidade de distintos marcadores sociais de diferença de raça, classe, etnia, territorialidade, sexualidade e idade vão proporcionar experiências distintas de vivenciar a transmasculinidades. “Ser homem negro trans gay, homem negro trans nordestino, ser homem negro trans grávido, ser homem negro trans bissexual, ser homem negro trans gordo, ser homem negro trans com deficiência e por aí vai” (PEÇANHA, 2018, online) mobiliza percepções e ações distintas diante desses corpos.

Santana (2018) vai se apropriar do conceito de “objeto e ameaça”, de Leonardo Morjan Britto Peçanha (2018), para narrar a condição própria da transição de homens negros trans que sofrem formas distintas de rejeição e marginalização a partir da percepção de seus marcadores de diferença. A passabilidade cisgênera de homens negros é vivenciada pelo racismo, como retrata o autor:

135

passo a ser lido pelo outro como homem, automaticamente o peso do racismo cai sobre mim e saí do lugar de vítima e objeto de desejo (enquanto era lido socialmente como mulher), conseqüentemente para o lugar de ameaça (homem negro). Comecei a ver que as pessoas na rua, principalmente as mulheres cis, ao notar minha presença sentiam-se ameaçadas e passavam a andar mais rápido, segurar suas bolsas, entrar em estabelecimentos, correr (SANTANA, 2018, p. 99).

Santana (2018) reconhece que se a passabilidade muitas vezes o livra da transfobia ela não o protege do racismo. Para nossos interlocutores, é marcante uma dimensão interseccional de classe e raça nos discursos sobre acessibilidade às tecnologias sexuais, por exemplo, o que impacta diretamente condições e relações com a passabilidade.

A passabilidade é aqui entendida como uma capacidade ou característica daquela pessoa que é percebida pelo gênero com que deseja ser identificada. Passabilidade (vem de “passar por”) é também a característica de sujeitos trans passarem por sujeitos cisgêneros, conseguindo apagar marcas do gênero imposto em seu nascimento e de inocularem em si características do gênero com o qual se identificam e desejam ser reconhecidos.

Para nossos interlocutores a passabilidade é tema de privilégio e acesso, pois materialmente envolve questões que dizem respeito ao fato do sujeito ter uma condição

social que lhe permita acessar certos serviços para construir esse corpo passável na dimensão da masculinidade. É nesse sentido que se faz necessário considerar os distintos marcadores sociais que perpassam o sujeito, tais como “*classe social, raça, sexualidade, deficiências, etc.*”.

Joaquim – 23 anos, branco, sudestino – descreve como suas marcas de diferença, modulam a passabilidade:

Eu, por exemplo, ainda que trans e bissexual, sou um homem branco, totalmente apto fisicamente, e sou plenamente lido como tal, recorrentemente lido também como hétero, independente de sempre assumir minhas feminidades. Essa leitura ainda varia muito de sujeito pra sujeito, principalmente entre homens héteros e cis, isso é algo que notei, que chega a ser assustador. Também mostra como essa interpretação diz muito mais sobre os outros em relação a nós do que nós em relação a nossa própria imagem.

Outro fator que Bruno Santana (2018) vai indicar sobre a intersecção da negritude e da transgeneridade são as expectativas de corporificação da hiperssexualização esperada aos homens negros. Mesmo eles, “homens de vagina”, são demandados de performarem a figura do “supernegão”, aquele que é “detentor de uma virilidade exacerbada e de um pênis gigantesco” (p. 100). Esse racismo se materializa na venda dos *packers* (próteses penianas usadas para produzir volume, urinar em pé e ter relação sexual penetrativas) que indica para esses homens trans negros os de maior tamanho, despejando sobre eles as expectativas da masculinidade racializada. 136

A geolocalização também é outro fator que, associado a classe e raça, dizem respeito ao acesso aos serviços de saúde especializados em transexuais, mas também na articulação e relacionamentos com outros homens trans. Há uma diferença nesses dois quesitos para sujeitos que moram em cidades do interior longe das capitais e nas regiões do país em que esses serviços são escassos (especialmente a região Norte, segundo o relato de um interlocutor). Se o acesso a hormonização e intervenções corporais possibilita os manejos necessários a minimizarem os sofrimentos socialmente produzidos, além do capital financeiro e social (VIEIRA; PORTO, 2019), os resultados apontam que o acesso geográfico a serviços também é um determinante complicador.

Mesmo no tocante a dificuldade de se associar afetivamente ou em coletivos militantes com outros homens trans, aqueles que moram nas cidades mais interioranas

relatam dificuldades nesse sentido, o que é especialmente problemático tendo em vista que outro resultado da nossa pesquisa é o quanto esses espaços são importantes para autoaceitação e autodescoberta, suporte em vários níveis e informação de serviços legais e de saúde.

A questão etária, ou melhor, geracional, apresenta-se como relevante em relação a necessidade de um discurso pela naturalização do gênero expresso. O discurso sobre a sensação muito própria de se sentir em um gênero que não é o que lhe foi designado para aqueles homens trans com mais idade que ainda mantém baseado nos resquícios dos discursos de veridicção da “verdadeira” transexualidade, a ideia de uma alma masculina que nasce em um corpo feminino. Aparentemente, a identificação mais recente com uma identidade masculina e o comprometimento para tornar-se homem nas gerações mais jovens, aqueles que estão na faixa dos vinte anos e se tornaram adultos no pleno desenvolvimento das comunidades trans nos anos de 2010, não tem essa necessidade tão profunda de provar-se essencial e verdadeiramente homem “desde sempre”.

137

Esse questão é confirmada por Alexandre Peixe e Fábio Morelli (2018), a respeito do 1º Encontro Nacional de Homens Trans (ENATH), quando eles ressaltam a importância de promover uma escuta sem hierarquias no movimento de homens transgêneros, inclusive porque o marcador geracional conta muito sobre a demanda de homens trans mais velhos e meninos transmasculinos mais novos, como, por exemplo, o fato de estes reivindicarem uma relação mais fluida com o gênero. É por esse motivo que o Instituto adotou o termo “transmasculinidades” como título da instituição que melhor contemplava as demandas para envolver toda a diversidade de identidades que circulam ao redor dele, tais quais

[h]omens que, como cavalos marinhos, engravidam; homens que podem construir genitálias que ressignificam pênis e vaginas; homens que nascem sem barba, mas as produzem; homens que, mesmo em sua infinidade de modos de ser masculino, execram aquela hegemônica estabelecida pelas relações machistas; homens que percebem as diversas formas de ser homem quando atravessadas por outros marcadores sociais; homens que modificam o ser homem, logo, segundo Xande: homens do futuro (PEIXE; MORELLI, 2018, p. 414).

No fim de sua vida, João W. Nery discutia sobre o envelhecimento de homens trans. Especificamente em seu caso, no qual perdeu todo seu currículo e seu diploma de

psicólogo após transicionar, passou a vida em empregos que não lhe garantiram uma aposentadoria na velhice⁵, mas também falava sobre depauperamento do corpo e de como os serviços de saúde não estão preparados para o cuidado do corpo trans.

Essas induções que faço carecem de estudos comparativos mais efetivos, pois há poucos elementos para uma confrontação mais ampla desse emaranhado de relacionamentos complexos para que a sustentemos. Essas são apostas para futuras pesquisas, mas, talvez, já sejam suficientes para que pelo menos nos permitam afirmar que a interseccionalidade de elementos como raça, classe, idade e localização modulam significativamente as masculinidades possíveis desses sujeitos.

Considerações finais

Nossos interlocutores estão buscando em suas postagens no Facebook desnaturalizar a masculinidade cisgênera e normalizar as transmasculinidades em seus aspectos constitutivos. Sua produção se articula especialmente em discursos que afirmam que são homens “de verdade” mesmo sem um pênis de carne fixado ao corpo, mesmo sem serem violentos, mesmo com um corpo construído com tecnologias sexuais – passando por transição ou não –, mesmo tendo que juridicamente retificar prenome e gênero, e mesmo engravidando. A articulação vai na produção de normalidade para as identidades transmasculinas enquanto campo de batalha.

Isso se configura também no movimento teórico de afirmação das identidades cisgêneras como forma de desnaturalizar suas dinâmicas, hierarquizações e ações de estigmatização, marginalização e desumanização daqueles corpos que estão em desacordo com suas matrizes normativas. Ao averiguarmos os estudos sobre as masculinidades de homens transgêneros verificamos que há poucos trabalhos tanto no contexto do Norte Global como do Sul que partem de uma proposta projetada, conduzida e analisada sobre essa perspectiva. Dos trabalhos realizados, vemos que no contexto

⁵ Projeto #Colabora. JOÃO NERY | LGBT+60: Corpos que Resistem #Ep1. *Youtube*, 17 out. 2018. 6min.18s. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=wABZUUpfTMY>>. Acesso em 4 mai. 2020.

brasileiro uma série de eventos fazem-nos crer que a massificação e a emergência das identidades transmasculinidades acontecem a partir da virada da década de 2010. Outros estudos vão mostrar ainda que a generificação da transgeneridade em muitos contextos importam (falar sobre uma transgeneridade masculina e/ou feminina) e que as transmasculinidades são identidades invisibilizadas muitas vezes mesmo em contextos de militância de gênero e sexualidade. Outros estudos defendem a necessidade de uma leitura interseccional, bem como a importância de reivindicar a masculinidade para além de uma construção do corpo do homem cisgênero.

Ao considerarmos o que produz os vieses interseccionais percebemos que dos nossos interlocutores aqueles que são racializados são mais propensos à violência transfóbica, uma vez que todos os relatos de violência em nosso estudo foram de homens não-brancos. A territorialidade parece influir na experiência transmasculina devido à dificuldade de acesso a serviços de saúde e as tecnologias sexualizantes, e a ausência de relações afetivas e políticas com outros homens trans para sujeitos que moram em regiões distantes das grandes capitais e no Norte do país, onde carecem de instituições públicas de acolhida às demandas trans – o que é reforçado na experiência dos coletivos transmasculinos. Além disso, o marcador idade parece sugerir uma relação mais tranquila sobre a fluidez de gênero e uma menor crença na ideia de gênero como essência para os mais novos.

139

Por fim, ao constatararmos as violências físicas, institucionais e psicológicas que esses sujeitos estão submetidos, tal qual o alto índice de suicídio⁶ a que essa população está sujeita, podemos especular que a relação biopolítica que diferencia suas ações para algumas vidas que são consideradas vivíveis e para outras que são consideradas matáveis e que sistematicamente impede o desenvolvimento de identidades que fujam a certas normativas, também possuem certa modulação a partir de como esses sujeitos se

⁶ Segundo relatório produzido na Universidade Federal de Minas Gerais, resultado da pesquisa do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFGM), coordenada pela Dra. Érica Renata de Souza, 85,7% dos homens trans brasileiros já pensaram ou tentaram cometer suicídio pelo menos uma vez na vida (SOUZA, 2015).

apresentam emaranhando sua condição de gênero, com a classe, com a raça e com a sexualidade, com a idade, com o território...

Referências

ALMEIDA, Guilherme. Revisitando a aquarela das masculinidades. **Revista Cult**, n. 242, p. 32–35, 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241–282, 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000100014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 6 ago. 2019.

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. **Digitalização de si e transmasculinidades: a constituição de subjetividades gendradas e a produção de saberes no Facebook**. 2020. Universidade Federal da Bahia, 2020.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad femenina**. Barcelona – Madrid: Egales editorial, 2008.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. **Visibilidade Trans pra quem? Parte II – Um olhar Transmasculino Negro**. 2018. Disponível em: <http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2018/visibilidade-trans-pra-quem-parte-ii-um-olhar-transmasculino-negro/>. Acesso em: 10 maio. 2020.

PEIXE, Alexandre; MORELLI, Fábio. “Homens do Futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In: GREEN, James N. et al. (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 405–420.

PLATERO MÉNDEZ, Raquel (Lucas). Metáforas y articulaciones para una pedagogía crítica sobre la interseccionalidad. **Quaderns de Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 55–72, 2014. DOI: 10.5565/rev/qpsicologia.1219. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1219>. Acesso em: 15 nov. 2020.

RUBIN, Henry. **Self-made men: Identity and embodiment among transsexual men.** Nashville: Vanderbilt University Press, 2003.

SANTANA, Bruno Silva De. Pensando as Transmasculinidades Negras. *In*: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo De (org.). **Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo, 2018. p. 95–104.

SOUZA, Érica. Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. **Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT,** 2015. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>.

SPALDE, Dean. Compliance is gendered: struggling for gender self-determination in a hostile economy. *In*: CURRAH, Paisley; JUANG, Ruchard M.; MINTER, Shannon Price (org.). **Transgender rights.** Minneapolis - London: University of Minnesota Press, 2000. p. 217–241.

141

STRYKER, Susan. Prólogo. *In*: GALOFRE, Pol; MISSÉ, Miquel (org.). **Políticas Trans: una antología de textos desde los estudios trans norteamericanos.** Barcelona – Madrid: Egales editorial, 2015. p. 9–18.

VIEIRA, Cleiton; PORTO, Rozeli Maria. “Fazer emergir o masculino”: noções de “terapia” e patologização na hormonização de homens trans. **Cadernos Pagu,** n. 55, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000100505. Acesso em: 9 abr. 2020.

Intersectionalized transmasculinities:

theoretical reflections from the practice of research with transgender men

Abstract: We present some theoretical reflections constructed from the practice of research with transgender men, to understand how the use of an intersectional perspective on the data produced complexification in the ways in which different identity marks fold over the transmasculine experience. The masculinities of trans men are understood from their cultural aspect, detached from the bodies of cisgender men, and identified in their prosthetic and domination aspects, and in their intersections with class and race. As a result, interlocutors who identified themselves as non-white subjects are more prone to transphobic violence; the locality and the class influence the difficulty in accessing health services and sexualizing technologies and the absence of affective and political relationships with other trans men; and the age marker suggests a more relaxed relationship about gender fluidity and a lesser belief in the idea of gender as essential for younger people.

Keywords: Transmasculinities. Intersectionality. Transgender. Masculinity.

142

Recebido: 15/11/2020

Aceito: 17/12/2020